RELATO DE EXPERIÊNCIA NO PROJETO CIDADANIA EM AÇÃO – OFICINAS ANOS INICIAIS NO ENSINO FUNDAMENTAL: DIÁLOGO SOBRE DIREITOS E DEVERES

Autor(res)

Mario Molari
Lorena Isabela Carvalho
Mayla Aparecida Valentin Gonçalves

Categoria do Trabalho

Extensão

Instituição

ESCOLA RURAL MUNICIPAL ENES BARBOSA

Introdução

A educação é um "[...] trunfo indispensável à humanidade na sua construção dos ideais de paz, da liberdade e da justiça social" (DELORS, 2012, p.1). Por meio da inserção da criança na educação infantil, a escola torna-se, em sua grande maioria, seu primeiro ambiente de socialização que extrapola os limites familiares. Esse fenômeno eleva a instituição escolar a um patamar impactante na construção e no desenvolvimento cognitivo, emocional e social das crianças (BRASIL, 2018).

No entanto, um grande percentual de crianças em transição da educação infantil para os anos iniciais do ensino fundamental apresenta dificuldades para lidar com questões fundamentais para o desenvolvimento humano, que é entender os direitos e os deveres (BRASIL, 1990). Isso pode estar atrelado aos desafios encontrados no século XXI, que impõem a necessidade de adaptar-se às transformações constantes da sociedade em diversas áreas, incluindo as esferas industriais, tecnológicas (comunicação, informática), políticas, sociais e artísticas, alterando a configuração estrutural familiar e cultural (MORIN, 2010) e impactando diretamente o desenvolvimento infantil.

Diante dessa complexidade, inúmeras iniciativas vêm sendo feitas no ambiente escolar por educadores, assistentes sociais e psicólogos educacionais para promover discussões e reflexões sobre os direitos e os deveres das crianças na escola e na comunidade. Nesse sentido, a proposta do Projeto Cidadania e Ação – Oficinas nos Anos Iniciais no Ensino Fundamental, é minimizar os impactos gerados pelas inquietações existentes no contexto da escola. O projeto busca, sobretudo, abordar fatores que podem influenciar esse processo, como a história de vida dos estudantes (RANCIÉRE, 2002), sua percepção sobre a infância e sua relação com os professores e os colegas de turma no cotidiano escolar.

Objetivo

O presente estudo teve como objetivo discutir, refletir e conscientizar os estudantes sobre seus direitos e seus deveres na escola e na comunidade. Além disso, buscou-se contribuir para a formação cidadã dos estudantes, procurando debater temáticas alinhadas às suas experiências infantis.

Material e Métodos

A metodologia deste trabalho caracteriza-se por uma abordagem de relato de experiência, fundamentada em observações (MARCONI; LAKATOS, 2013) sobre as atividades e os conteúdos ensinados e discutidos no âmbito do Projeto Cidadania em Ação: Oficinas nos Anos Iniciais no Ensino Fundamental. As atividades foram desenvolvidas pela equipe multi-profissional da Secretaria Municipal de Educação do município de Tamarana (PR), em parceria com o professor de Educação Física, na Escola Rural Municipal Enes Barbosa, situada no assentamento Água da Prata – Incra Apucaraninha.

A amostra foi composta por 11 estudantes, sendo 5 indígenas e 6 não indígenas. As intervenções pedagógicas consistiram na aplicação de quatro estratégias: 1ª) reflexões sobre a história de vida dos estudantes, mediadas por questionamentos; 2ª) utilização de teatro com fantoches; 3ª) discussões sobre questões relacionadas aos direitos e deveres dos estudantes no contexto da escola e da comunidade; 4º) jogo da memória adaptado na perspectiva dos direitos e deveres dos estudantes no contexto escolar.

A coleta e a análise dos dados basearam-se em observações registradas em um diário de campo durante o desenvolvimento do projeto. A utilização desse instrumento seguiu as sugestões de Falkembach (1987), para quem o uso do diário de campo é essencial na estruturação de relatos de experiência, pois permite a sistematização dos fatos, das análises e das interpretações sobre as práticas educativas durante as intervenções.

Resultados e Discussão

Com base nas reflexões advindas dos questionamentos feitos para os estudantes sobre questões pertinentes à infância, buscou-se compreender o significado atribuído a essa fase de suas vidas. As perguntas que nortearam esse momento foram: Quais as brincadeiras que vocês mais gostam? O que vocês gostam na infância? Que história os seus pais contaram para vocês sobre a infância deles?

As respostas predominantes indicaram preferência por jogo de amarelinha, bola queimada, pega-pega, bets e mãe da rua (primeira pergunta). O aspecto de maior relevância na infância, segundo os participantes, é a capacidade de fazer e manter amizades (segunda pergunta). No entanto, nenhum dos estudantes relatou fatos consistentes sobre a infância de seus pais (terceira pergunta).

Essa constatação levou a uma reflexão junto aos estudantes. Levantou-se a hipótese de que a vivência da infância dos pais era tão distinta da experiência atual que se tornou difícil de ser recordada. Historicamente, muitas gerações não tiveram acesso à educação formal, e o conceito de atividades lúdicas direcionadas à infância não era prevalente. Além disso, as vestimentas e os comportamentos das crianças de outras épocas frequentemente se baseavam nos modelos dos adultos.

A partir disso, desenvolveu-se uma intervenção teatral com fantoches para contextualizar o conceito histórico de criança e de infância. Por meio da dramatização, com a interação dos personagens Isabela e Burrico Frederico, discutiu-se que nem sempre as crianças eram vistas como nos tempos atuais, destacando-se períodos em que elas eram tratadas como miniadultos. A encenação contextualizou que o acesso à escola, o convívio social e a garantia de direitos e deveres não são condições naturais, mas sim conquistas sociais e legislativas (BRASIL, 1990; BRASIL, 1988). O teatro enfatizou, ainda, que a frequência escolar é um compromisso sério, que faz parte dos seus deveres e que está previsto nas legislações educacionais nacionais (BRASIL, 1996).

Essa ação metodológica se alinha ao pensamento de Edgar Morin (2016, p. 1) quando ele diz que “Um dos principais objetivos da educação é ensinar valores. E esses são incorporados pela criança desde muito cedo. É preciso mostrar a ela como compreender a si mesma para que possa compreender os outros e a humanidade em geral”.

E, por fim, ao longo do estudo, compreendemos que a escola deve estar aberta para o ensino inclusivo, dialógico, que valorize o debate sobre temáticas de urgência e promova a transformação de vidas. É essencial que a escola

oportunize a convivência e a interação entre estudantes indígenas e não indígenas, permitindo que eles se enriqueçam com a troca de saberes e vivências que somente a diversidade pode proporcionar. Ou seja, “a escola para todos é um ambiente educacional propício às relações de criação entre as pessoas que o habitam [...]. É um espaço de aprendizagem onde se experimenta a convivência entre univocidades, singularidades, a liberdade de se fazer na diferença” (MANTOAN; LIMA, 2017, p. 9).

Conclusão

Concluiu-se que as intervenções pedagógicas focadas na sensibilização sobre direitos e deveres contribuem significativamente para a formação de estudantes como cidadãos conscientes de seu papel no ambiente escolar e na comunidade. Para que discussões sobre direitos e deveres sejam viáveis, é essencial que a escola adote um ensino interdisciplinar e integrado a uma transversalidade curricular que permita a abordagem de questões socialmente relevantes no cotidiano pedagógico.

Referências

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDB n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. 2018.

BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988. Brasília, DF, 1988.

DELORS, Jacques (coord.). Educação: um tesouro a descobrir. 7. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC/UNESCO, 2012.

FALKEMBACH, E. M. F. Diário de campo: um instrumento de reflexão. Contexto & Educação, Ijuí, v. 2, n.7, p. 19-24, 1987.

MANTOAN, M. T. E.; LIMA, N. S. T. Notas sobre inclusão, escola e diferença. ETD - Educação Temática Digital, Campinas, v. 19, n.4, p. 824-832, 2017. Disponível em: https://doi.org/10.20396/etd.v19i4.8646274. Acesso em: 12 set.2025.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Metodologia do trabalho científico. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

MORIN, E. Edgar Morin: o verdadeiro papel da educação. Disponível em:< https://www.fronteiras.com/leia/exibir/edgar-morin-o-verdadeiro-papel-da-educacao>. Acesso em: 12 set.2025.

MORIN, Edgar. A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

RANCIÈRE, J. O mestre ignorante: Cinco estudos sobre emancipação intelectual. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.